



**Elovias S.A.**  
CNPJ/MF nº 61.887.207/0001-14

elovias.com.br



**Relatório da Administração**

**Aos Acionistas** Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2025, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), acrescidas do Balanço Social. Essas informações complementares são apresentadas para dar transparência à sociedade, parceiros, investidores e usuários quanto à atuação da Elovias S.A. e aos aspectos socioeconômicos associados à concessão. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**Introdução** A Elovias S.A., sociedade de propósito específico constituída em 23 de julho de 2025, tem por objeto, nos termos do Edital de Leilão nº 01/2025 e do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a exploração da infraestrutura e a prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação e ampliação da capacidade, bem como a manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelas Rodovias Federais BR-040/MG/RJ e BR-495/RJ. O Contrato de Concessão foi celebrado em 30 de setembro de 2025, com publicação no Diário Oficial da União em 3 de outubro de 2025, pelo prazo de 30 anos. O trecho concedido compreende a BR-040/MG, do entroncamento com a antiga União e Indústria (Bairro Triunfo) até a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; a BR-040/RJ, da divisa dos Estados até o entroncamento com a BR-116/RJ (Trevo das Missões); e a BR-495/RJ, do entroncamento com a BR-040/RJ (Itaipava) até o novo entroncamento com a BR-040/RJ, totalizando 218,9 quilômetros de extensão. A Companhia iniciou suas operações com três praças de pedágio, localizadas em Xerém (P1), Areal (P2) e Simão Pereira (P3), tendo assumido integralmente a operação do sistema rodoviário à zero hora de 04 de novembro de 2025, após período de transição técnica e operacional.

**Receita e Mercado** A receita da Elovias S.A. é proveniente, substancialmente, da cobrança da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) nas praças localizadas ao longo do trecho concedido das Rodovias BR-040/MG/RJ e BR-495/RJ, conforme regras estabelecidas no Contrato de Concessão. As tarifas são definidas e reajustadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Por meio da Deliberação ANTT nº 385, de 22 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 24 de outubro de 2025, foi autorizado o início da cobrança de pedágio nas praças P1 – Xerém, P2 – Areal e P3 – Simão Pereira. No período inicial da concessão, compreendido entre 04 de novembro e 31 de dezembro de 2025, o tráfego equivalente atingiu 4.385.047 veículos pedagiados nas três praças sob administração da Companhia. Esse volume reflete os dois primeiros meses de operação e constitui a base inicial de geração de receita da concessão. A receita operacional totalizou R\$ 83.477 milhões no exercício de 2025, refletindo o início da fase operacional da concessão. O desempenho da receita está diretamente relacionado ao volume de tráfego pedagiado, à composição da frota entre veículos leves e pesados e às condições macroeconômicas que influenciam o fluxo de veículos comerciais e de passeio ao longo do corredor logístico.

**Desempenho Econômico-Financeiro** O exercício de 2025 corresponde ao período inicial da concessão, compreendido entre 04 de novembro e 31 de dezembro de 2025, fase em que a Companhia assumiu integralmente a operação do sistema rodoviário e deu início à execução das obrigações previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Durante esse período, a Concessionária iniciou a fase de Trabalhos Iniciais, que se estende até o encerramento do primeiro ano contratual e compreende intervenções destinadas à eliminação de riscos iminentes, restabelecimento das condições mínimas de segurança e melhoria da trafegabilidade da rodovia. Inserido nesse contexto, o Plano de 100 Dias concentrou ações emergenciais de manutenção, conservação, sinalização e recuperação de pavimento, com impacto predominante nas despesas operacionais do período. A receita operacional bruta totalizou R\$ 83.477 mil. Após as deduções incidentes, a receita líquida atingiu R\$ 77.533 mil no período. Para fins de análise operacional, a receita líquida ajustada, desconsiderando a receita de construção reconhecida conforme ICPC 01 (R\$ 1.277 mil), totalizou R\$ 76.256 mil, refletindo exclusivamente a receita recorrente de pedágio. As despesas operacionais ajustadas somaram R\$ 58.151 mil. Para fins gerenciais, esse montante exclui provisões constituídas no período (R\$ 49 mil) e o custo associado à receita de construção reconhecida conforme ICPC 01 (R\$ 1.277 mil), refletindo os dispêndios recorrentes relacionados à operação, manutenção e estrutura administrativa da concessão, impactados pela execução dos Trabalhos Iniciais e do Plano de 100 Dias. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 18.105 mil, evidenciando a geração operacional do período inicial da concessão. O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 6.622 mil, decorrente principalmente da rentabilidade obtida sobre os recursos provenientes do aporte de capital realizado pelos acionistas. O lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 16.233 mil.

**Investimentos** Conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia – PER, os investimentos realizados no período compreendido entre 04 de novembro e 31 de dezembro de 2025 concentraram-se na implantação e modernização de sistemas de iluminação e sinalização ao longo do trecho concedido. O montante total investido no período foi de R\$ 1.277 mil, conforme detalhado na tabela a seguir.

Investimentos – R\$ mil	2025	Acumulado
Recuperação inicial da rodovia – sistema iluminação	559	559
Sinalização	675	675
Outras recuperações iniciais	43	43
<b>Total</b>	<b>1.277</b>	<b>1.277</b>

Para o exercício subsequente, a Companhia dará continuidade à implementação do plano de investimentos previsto contratualmente, contemplando intervenções voltadas à recuperação, ampliação de capacidade e modernização do sistema rodoviário, conforme cronograma estabelecido no PER.

**Captação de Recursos e Estrutura de Capital** Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuiu contratos de financiamento de longo prazo formalizados, sendo sua estrutura de capital composta predominantemente por aportes realizados pelos acionistas para viabilizar o início da operação e a execução das obrigações contratuais. Os recursos aportados foram mantidos temporariamente em aplicações financeiras até sua utilização nas atividades operacionais e nos investimentos iniciais da concessão, contribuindo para o resultado financeiro positivo registrado no período. A posição de caixa ao final do exercício mostrou-se adequada às necessidades operacionais de curto prazo, considerando o estágio inicial da concessão e o cronograma de investimentos previsto no PER.

**Valor Adicionado** No período compreendido entre 04 de novembro e 31 de dezembro de 2025, a Companhia gerou Valor Adicionado Líquido no montante de R\$ 35.003 mil. Esse valor representa a riqueza criada pela operação da concessão no período inicial e sua respectiva distribuição entre empregados, governo, financiadores e acionistas, conforme demonstrado na Demonstração do Valor Adicionado apresentada em conjunto com as Demonstrações Financeiras. A geração de valor no exercício reflete o início da arrecadação de pedágio, a estruturação operacional da concessão e os impactos econômicos decorrentes das atividades desenvolvidas ao longo do trecho concedido.

**Política de Distribuição de Dividendos** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação societária vigente. A deliberação sobre a destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 será submetida à Assembleia Geral Ordinária, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social.

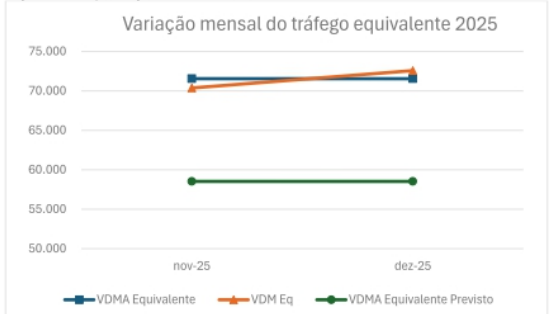
O reconhecimento contábil da distribuição de dividendos é efetuado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Planejamento Empresarial** Para o exercício subsequente, a Companhia dará continuidade à execução das obrigações previstas no Programa de Exploração da Rodovia – PER, observando o cronograma contratual estabelecido junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O planejamento empresarial para 2026 contempla a consolidação da estrutura operacional implantada no início da concessão, o avanço dos investimentos previstos contratualmente e a estruturação da dívida de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, compatível com o cronograma físico-financeiro do PER. A Administração acompanhará permanentemente os indicadores operacionais e financeiros, bem como as condições regulatórias e macroeconômicas que possam impactar a execução contratual, adotando as medidas necessárias para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro e a sustentabilidade da concessão ao longo de seu prazo.

**Gestão da Qualidade** A Companhia desenvolve suas atividades em conformidade com a legislação ambiental aplicável, as condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento e as obrigações previstas no contrato de concessão e no Programa de Exploração da Rodovia – PER. No âmbito da gestão, estão em implementação os sistemas previstos contratualmente nas áreas de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional e integridade, incluindo as certificações aplicáveis nos prazos estabelecidos no contrato e documentos correlatos. A governança corporativa é suportada por instrumentos formais de integridade e conformidade, incluindo Código de Conduta, Programa de Integridade, Política de Transações com Partes Relacionadas e Canal de Denúncias independente, com garantia de confidencialidade e possibilidade de anonimato. As ações relacionadas à gestão da qualidade e à conformidade são monitoradas pela Administração com vistas à melhoria contínua dos processos, à mitigação de riscos operacionais e ao cumprimento das obrigações regulatórias.

**Recursos Humanos** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com 498 colaboradores, distribuídos entre atividades operacionais, administrativas e de suporte à concessão. Durante o período inicial da operação, foram estruturadas as equipes necessárias à prestação dos serviços de atendimento ao usuário, conservação, manutenção e gestão administrativa do sistema rodoviário, observadas as exigências contratuais e a legislação trabalhista vigente. A gestão de pessoas contempla ações voltadas à capacitação técnica, ao cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e à observância das diretrizes internas de conduta e governança corporativa. A maior parte dos profissionais vem de localidades do entorno da rodovia, contribuindo para a geração de empregos na região de influência da concessão.

**Indicadores Operacionais**  
**Volume de Tráfego:** A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio anualizado equivalente (VDMA Equivalente), volume diário médio equivalente por mês no ano base (VDM Eq) e o VDMA volume diário médio anualizado previsto, respectivamente.



**Segurança Viária** A Companhia monitora continuamente os registros de ocorrências e acidentes no trecho concedido, com classificação por grau de severidade e tipologia, em conformidade com os parâmetros estabelecidos contratualmente.



Os dados apresentados referem-se ao período inicial de operação integral da concessão.

**Dados da Operação da Concessão**

**Veículos alocados:** A estrutura operacional mobilizada no período incluiu veículos destinados à inspeção de tráfego, atendimento mecânico e atendimento pré-hospitalar, compatíveis com as exigências do contrato de concessão, apresentados em quantidade de veículos para cada 100km.

Tipo de veículo	Qtd.	Qtd./100KM
ANTT	1	0,5
Viatura de inspeção	14	6,4
Guincho leve	6	2,7
Guincho pesado	5	2,3
Ambulância de resgate	5	2,3

Tipo de veículo	Qtd.	Qtd./100KM
Ambulância médica	3	1,4
Caminhão pipa	1	0,5
Caminhão pega boi	1	0,5
Caminhão de sinalização	1	0,5
Motocicleta	1	0,5
Supervisor de tráfego	4	1,8
Supervisor de arrecadação	1	0,5
Gestor de operação/arrecação	1	0,5
<b>Total de veículos socorro mecânico/ socorro médico e inspeção</b>	<b>44</b>	<b>20,1</b>
Conservação rodoviária e reparo	4	1,8
Conservação rodoviária e reparo	1	0,5
Conservação pavimentação	5	2,3
Conservação varrição	1	0,5
Caminhão conservação	10	4,6
Tratores	2	0,9
Minicarregadeira	1	0,5
Motobomba	1	0,5
Rolo compactador	2	0,9
Supervisor de conservação	3	1,4
Manutenção civil	1	0,5
Manutenção elétrica	3	1,4
Manutenção frota	1	0,5
Engenharia	1	0,5
Sesmt	1	0,5
Mieio ambiente	1	0,5
Gestor de conservação/engenharia	3	1,4
<b>Total de veículos apoio / conservação</b>	<b>41</b>	<b>42,9</b>
<b>Total de veículos</b>	<b>85</b>	<b>63,04</b>

**Profissionais alocados** Os profissionais alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de profissionais para cada 10.000 VDMA da via concedida.

Tipo de Função	Quantidade	Qtd/VDMA *10.000
Administrativo	80	142
Apoio Operacional	34	60
Conservação	169	300
Conservação Terceirizados	1	2
Arrecadação Pedágio	161	286
Inspeção de Tráfego	60	106
Atendimento Pré-Hospitalar Terceirizados	92	163
Atendimento Mecânico	49	87
Operação de balança	5	9
Outros Serviços Terceirizados	74	131
<b>Total</b>	<b>725</b>	<b>1286</b>

**Aspectos Financeiros da Operação Receita (em R\$ mil)** O demonstrativo a seguir apresenta a receita auferida pela Concessionária no período compreendido entre 4 de novembro e 31 de dezembro de 2025, correspondente ao início da concessão. A receita é composta por arrecadação de pedágio e receita de construção. A receita de construção foi reconhecida em conformidade com o ICPC 01 (IFRIC 12), que trata dos contratos de concessão, observando os critérios contábeis aplicáveis à implementação de ativos de infraestrutura concedida.

R\$ mil	2025	Acumulado
Receita com Pedágio	83.477	83.477
Receita de Construção	1.277	1.277
<b>Total</b>	<b>84.754</b>	<b>84.754</b>

**Investimentos** A tabela a seguir apresenta os investimentos realizados no período, referentes aos ativos implantados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas, conforme metodologia contratual.

R\$ mil	2025	Acumulado
Receita com Pedágio	83.477	83.477
Receita de Construção	1.277	1.277
<b>Total</b>	<b>84.754</b>	<b>84.754</b>

**Custos e Despesas Operacionais** A tabela abaixo apresenta os custos e despesas operacionais incorridos no período, relacionados à operação, conservação e administração do trecho concedido.

R\$ mil	2025	Acumulado
Custos e despesas operacionais	45.508	45.508
<b>Total</b>	<b>45.508</b>	<b>45.508</b>

**Tributos Municipais:** A tabela a seguir demonstra os valores de ISSQN sobre a arrecadação da concessionária repassados às prefeituras no período compreendido entre 4 de novembro e 31 de dezembro de 2025, incidentes sobre os serviços prestados no trecho concedido.

R\$ mil	2025	Acumulado
ISS	4.174	4.174
<b>Total</b>	<b>4.174</b>	<b>4.174</b>

**Tarifa** A tabela abaixo apresenta os valores das tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, conforme estrutura tarifária contratual.

Categoria de veículo	Tipo de veículo	número de eixos	Valor da tarifa
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	R\$ 21,00
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão	2	R\$ 42,00
3	Automóvel e caminhonete com semireboque	3	R\$ 31,50
4	Caminhão, caminhão-tractor, caminhão trator com semireboque e ônibus	3	R\$ 63,00
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	R\$ 42,00
6	Caminhão com reboque, caminhão trator com semireboque	4	R\$ 84,00
7	Caminhão com reboque, caminhão trator com semireboque	5	R\$ 105,00
8	Caminhão com reboque, caminhão trator com semireboque	6	R\$ 126,00
9	Caminhão com reboque, caminhão trator com semireboque	7	R\$ 147,00
10	Caminhão com reboque, caminhão trator com semireboque	8	R\$ 168,00

Dados anuais da rodovia																
Quilômetros da rodovia	218,9															
Número de veículos que transitaram	Categoria	C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C13	C16	CatE07	CatE08	CatE09	VE	Total
	Veículos	2.271.718	400.128	15.941	351.414	5.394	363.920	222.905	436.386	61.450	650	182.112	7.520	64.854	655	4.385.047
Número de praças de pedágios	São três praças de Pedágio em operação, P1 Km 102(RJ), P2 Km 45(RJ), P3 Km 819(MG)															
Tarifa	Automóvel, caminhonete e furgão – R\$21,00, Caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão – R\$ 42,00, Automóvel e caminhonete com semireboque – R\$ 31,50, Caminhão, caminhão-tractor, caminhão trator com semireboque e ônibus – R\$ 63,00, Automóvel e caminhonete com reboque – R\$ 42,00, Caminhão com reboque, caminhão trator com semireboque com 4 eixos, R\$ 84,00, com 5 eixos – R\$ 105,00, com 6 eixos – R\$ 126,00, com 7 eixos – R\$ 147,00, com 8 eixos – R\$ 168,00															
Número de quilômetros mantidos	Km 218,9															
Índice de congestionamento	Não se aplica.															
Transito Médio Diário Equivalente (2 meses de concessão)	75.604															
Trânsito Médio Equivalente (2 meses de concessão)	2.268.128															
Equipes utilizadas pelo concessionário	5 Bases Operacionais, 7 Guinchos leves, 4 Guinchos pesados, 5 guinchos super pesados, 7 viaturas mistas (ambulância e resgate), 3 viaturas de intervenção rápida e 12 Viaturas de Inspeção.															
Índice de qualidade de estrada	Não se aplica.															
Receita de Pedágio (R\$ mil)	R\$ 83.477															
Custos associados às receitas de pedágio (R\$ mil)	R\$ 44.231															
Fator Trabalho																
Número de Trabalhadores	Administrativo			Operação			Conservação									
	80			475			170									
Despesas de Pessoal (R\$ mil)	R\$ 4.052						R\$ 5.314									
Fator Capital																
Despesas de Depreciação/Amortização	R\$ 57															
Ativo Líquido (R\$ mil)	R\$ 169.273			O método de Depreciação é a Taxa fiscal. Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.												
Ativo Bruto (R\$ mil)	R\$ 205.291															
Série Histórica dos Investimentos																
															Ano	2025
															R\$ mil	1.277
Fatores Intermediários																
Despesas Administração com prestadores serviços (R\$ mil)															R\$	8.430
Despesas com materiais, equipamentos e veículos (R\$ mil)															R\$	589
Outras Despesas (R\$ mil)															R\$	906
Seguridade																
Quantidade de acidentes nos meses novembro e dezembro/2025	Acidentes por Gravidade														Quant.	
	Acidentes sem vítimas														403	
	Acidentes com vítimas														276	
	Acidentes com mortes														9	
	Atropelamentos														23	
														<b>Total</b>	<b>711</b>	
Indicadores																
Receita por veículo	R\$ 19,04															
Custo por veículo	R\$ 10,09															



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/>





continuação

normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas. **3.4. Ativos intangíveis:** O intangível da Companhia refere-se principalmente ao direito de exploração da infraestrutura rodoviária, decorrente do Contrato de Concessão nº 01/2025 – BR-040/MG/RJ e BR-495/RJ, e é contabilizado em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O direito de exploração da infraestrutura é reconhecido quando é provável que os benefícios econômicos futuros provenientes da prestação dos serviços públicos sejam gerados para a Companhia e o custo ou valor do ativo possa ser mensurado de forma confiável. A infraestrutura concedida não é reconhecida como ativo imobilizado, uma vez que o Contrato de Concessão não transfere à Companhia o controle sobre o uso da infraestrutura, sendo apenas outorgada a posse para operação da rodovia durante o prazo do contrato, revertendo os ativos ao poder concedente ao término da concessão. Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. O intangível é amortizado pelo método da curva de tráfego, que reflete o padrão estimado de utilização da infraestrutura ao longo do prazo da concessão, sendo o valor da amortização reconhecido no resultado do exercício. Custos subsequentes que aumentem a capacidade ou melhorem o nível de serviço da rodovia são capitalizados, enquanto despesas de manutenção são reconhecidas no resultado quando incorridas. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Abaixo vida útil estimada:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	10
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário. **3.6. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.7. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido quando for provável a obtenção de benefícios econômicos futuros pela Companhia e quando seu custo ou valor puder ser mensurado de forma confiável. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, cuja liquidação resulte em provável saída de recursos econômicos, sendo mensurado pelos valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias até a data do balanço. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é esperada dentro de doze meses; caso contrário, são classificados como não circulantes. **3.8. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores referem-se às obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal das operações da Companhia. Tais obrigações são classificadas como passivo circulante quando exigíveis no prazo de até doze meses e, como passivo não circulante, quando exigíveis após esse período, sendo reconhecidas, inicialmente, pelo valor da fatura correspondente. **3.9. Tributação:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime cumulativo na apuração do PIS e da COFINS, reconhecendo esses tributos como deduções da receita bruta na Demonstração do Resultado, de forma consistente com a apresentação do ISS, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. **a) Imposto de Renda e Contribuição Social:** A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), abrangendo os impostos corrente e diferido. Ambos são calculados com base no lucro tributável, obtido a partir do lucro contábil ajustado, às alíquotas vigentes na data do balanço: (i) IRPJ – 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) CSLL – 9% sobre o lucro contábil ajustado. As diferenças temporárias resultantes da inclusão de despesas não dedutíveis ou da exclusão de receitas não tributáveis para fins de apuração do lucro tributável geram créditos ou débitos tributários diferidos, reconhecidos conforme a probabilidade de utilização futura. As antecipações e os valores passíveis de compensação são classificados como ativos circulantes ou não circulantes, conforme a expectativa de realização, sendo reconhecidos pelo valor originalmente desembolsado ou a recuperar, quando aplicável. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, com base nas diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Os ativos fiscais diferidos relativos ao imposto de renda e à contribuição social são reconhecidos apenas quando for provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua realização. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada data do balanço, sendo reduzido quando deixar de ser provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas e na legislação tributária vigentes na data do balanço, aplicáveis ao período em que se espera a realização do ativo ou a liquidação do passivo. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma líquida quando existe direito legalmente exigível de compensação entre ativos e passivos fiscais, desde que se refiram à mesma entidade tributável e estejam sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.10. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas provenientes de pedágios e as receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na efetiva utilização da rodovia pelos usuários, e correspondem ao valor justo da contraprestação pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Concessionária. As receitas são apresentadas líquidas dos tributos incidentes, bem como de abatimentos e descontos concedidos. **a) Receita de serviços:** A receita de serviços, incluindo a cobrança de pedágio, é reconhecida pelo regime de competência e mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, líquida de descontos, abatimentos e impostos. O reconhecimento ocorre no momento da efetiva prestação dos serviços, refletindo a transferência de controle dos serviços para os usuários da rodovia, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis (CPC 47 / IFRS 15). **b) Receitas Financeiras:** As receitas financeiras compreendem os rendimentos obtidos sobre aplicações financeiras. Elas são reconhecidas pelo regime de competência, à medida que os ganhos econômicos são gerados, independentemente do seu recebimento em caixa. O reconhecimento das receitas financeiras é realizado com base no valor efetivamente auferido, considerando a taxa de juros contratual ou a taxa efetiva de rendimento dos ativos financeiros, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As receitas financeiras são apresentadas líquidas de impostos retidos na fonte, quando aplicável, e classificadas na Demonstração do Resultado como receitas operacionais ou não operacionais, conforme sua natureza. **c) Receita com Construção:** A atividade da Companhia está enquadrada na ICPC 01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As receitas e os custos relacionados à construção das infraestruturas utilizadas na prestação de serviços são contabilizados nas Demonstrações do Resultado. A Companhia entende que não há margem sobre essas receitas, uma vez que contrata terceiros para a execução integral das obras, cabendo à Companhia apenas a operação da infraestrutura de transportes. **3.12. Arrendamentos:** A Companhia reconhece ativos e passivos de arrendamento em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aplicável a todos os contratos nos quais a Companhia tem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado em troca de contraprestação. A Companhia reconhece, para todos os contratos de arrendamento (exceto curto prazo e baixo valor), um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, depreciando o ativo e reconhecendo os encargos financeiros ao longo do prazo do contrato. Os arrendamentos são revisados periodicamente para refletir alterações em prazos, taxas de desconto, opções de renovação ou condições contratuais, e os ajustes são contabilizados prospectivamente. **3.13. Distribuição de dividendos:** Os dividendos são reconhecidos como passivo nas demonstrações contábeis quando declarados, observado o disposto no estatuto social. O estatuto prevê a distribuição mínima obrigatória de 50% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Os dividendos obrigatórios são reconhecidos ao final do exercício a que se referem. Dividendos adicionais somente são reconhecidos como passivo quando aprovados pela Assembleia Geral. **3.14. Estimativas e Julgamentos contábeis significativos:** A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas pela Administração que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas são baseadas na melhor avaliação da

Administração, considerando a experiência histórica, condições contratuais, expectativas futuras e outros fatores julgados relevantes, sendo revisadas periodicamente. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. **a) Amortização do Intangível da concessão:** Os ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão são amortizados com base no método da curva do tráfego, que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados desses ativos. A amortização é calculada com base na proporção entre o volume de tráfego efetivamente realizado no período e o volume total de tráfego estimado ao longo do prazo da concessão, conforme projeções aprovadas pela Administração. Esse método resulta no reconhecimento da despesa de amortização de forma compatível com a utilização da infraestrutura pelos usuários. As estimativas de tráfego são revisadas periodicamente e ajustadas, quando necessário, para refletir alterações nas expectativas de demanda, sendo os efeitos dessas revisões reconhecidos prospectivamente. **b) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A constituição de provisões para riscos civis, tributários e trabalhistas envolve o uso de julgamentos e estimativas relevantes por parte da Administração, considerando a natureza, complexidade e estágio dos processos, bem como a interpretação da legislação aplicável e a jurisprudência vigente. As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, e quando é considerada provável a saída de recursos econômicos para a liquidação da obrigação, sendo o valor estimado com base na melhor estimativa do desembolso necessário para a liquidação da obrigação na data do balanço. A avaliação da probabilidade de perda e a mensuração dos valores envolvidos são realizadas com base em informações fornecidas por assessores jurídicos internos e externos, considerando precedentes, histórico de decisões, riscos específicos de cada processo e possíveis desdobramentos. Os processos classificados como de perda possível são divulgados em nota explicativa como passivos contingentes, enquanto aqueles classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados. As estimativas relacionadas às provisões para riscos civis, tributários e trabalhistas são revisadas periodicamente e ajustadas sempre que houver mudanças nas circunstâncias, novas informações relevantes ou decisões judiciais que alterem a avaliação de risco ou o valor estimado da obrigação. Em conformidade com o CPC 26 (R1), a Administração divulga os julgamentos críticos realizados na aplicação das práticas contábeis e as principais estimativas que possuem risco relevante de resultar em ajustes materiais nos saldos contábeis em períodos subsequentes. As principais áreas que envolvem julgamentos críticos e estimativas relevantes são: **(a) Classificação do Contrato de Concessão – ICPC 01 (R1):** A Administração avaliou as características do Contrato de Concessão nº 01/2025 – BR-040/MG/RJ e BR-495/RJ e concluiu que: • O poder concedente controla os serviços prestados e os preços praticados; • A infraestrutura reverte ao poder concedente ao final do contrato; • A Companhia possui direito de cobrar tarifa dos usuários. Dessa forma, o contrato enquadra-se no modelo do **ativo intangível**, conforme ICPC 01 (R1). Essa conclusão envolve julgamento relevante, especialmente quanto à análise de controle da infraestrutura e natureza da contraprestação. **(b) Reconhecimento de Receita de Construção – Principal versus Agente (CPC 47):** A Companhia reconhece receita de construção em contrapartida ao ativo intangível. A Administração concluiu que atua como **agente** na execução das obras, considerando que: • Não detém controle dos serviços antes da transferência; • A execução é integralmente realizada por consórcio construtor; • Não assume risco relevante de construção; • Não define preço discricionariamente. Consequentemente, a receita é reconhecida sem margem. Alterações nesse julgamento poderiam impactar significativamente o resultado do exercício. **(c) Método de Amortização do Ativo Intangível:** O ativo intangível é amortizado pelo método da curva de tráfego. Essa metodologia depende de: • Projeções de volume de tráfego ao longo dos 30 anos de concessão; • Estimativas macroeconômicas; • Elasticidade da demanda. Mudanças relevantes nas projeções podem alterar a despesa de amortização futura. **(d) Recuperabilidade do Ativo Intangível:** A Companhia avalia anualmente a existência de indicadores de impairment. A avaliação considera: • Projeções de fluxo de caixa descontado; • Taxa de desconto compatível com o WACC do setor; • Cronograma do PER; • Nível de cumprimento regulatório. Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios de perda. **(e) Reconhecimento de Provisões – CPC 25:** A provisão para contingências envolve julgamento quanto à probabilidade de perda e estimativa do desembolso futuro. As avaliações são baseadas em pareceres jurídicos internos e externos. **(f) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – CPC 32:** O reconhecimento do ativo fiscal diferido depende da expectativa de geração de lucro tributável futuro. A Administração entende ser provável a realização do ativo reconhecido. **3.15. Demonstração dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** A Demonstração dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto, e evidencia as alterações ocorridas no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, classificadas nos fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é elaborada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por objetivo evidenciar a riqueza gerada pela Companhia em determinado período e a respectiva forma de sua distribuição entre os diversos agentes econômicos, tais como empregados, governo, financiadores, acionistas e a própria Companhia. Ambas as demonstrações são apresentadas como informações complementares às demonstrações contábeis e refletem, de forma resumida e estruturada, a geração e a utilização de recursos no período. **3.16. Instrumentos Financeiros:** No curso normal de suas operações, a Companhia mantém instrumentos financeiros destinados à gestão de caixa, financiamento de investimentos e cumprimento de obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, conforme descrito a seguir: **a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e, quando aplicável, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto quando classificados ao valor justo por meio do resultado, caso em que tais custos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende de sua classificação, conforme os critérios estabelecidos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando o modelo de negócios da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazemos critérios para a contabilização de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não há saldo de ativos financeiros a valor justo. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado. **(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado (Recebíveis):** Correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo e cujo modelo de negócios é mantê-los para recebimento dos fluxos de caixa contratuais. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment). Em 31 de dezembro de 2025, tais ativos estão substancialmente representados por: • Caixa e equivalentes de caixa; • Aplicações financeiras; • Contas a receber de clientes. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Incluem, principalmente: • Fornecedores; • Outras obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados. **c) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia adota técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis no mercado. O valor justo corresponde ao montante pelo qual um instrumento poderia ser trocado entre partes independentes, em condições normais de mercado. A Administração entende que os valores contábeis dos instrumentos financeiros se aproximam substancialmente de seus valores justos, tendo em vista que: (i) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e demais obrigações de curto prazo possuem vencimentos de curto prazo; (ii) As aplicações financeiras são realizadas em instrumentos de alta liquidez e baixo risco. **d) Aplicações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB), no montante de R\$ 72.327, classificadas como equivalentes de caixa, por apresentarem alta liquidez, baixo risco de crédito e possibilidade de resgate imediato sem penalidades relevantes. Tais aplicações são mantidas com o objetivo de atender às necessidades operacionais e à adequada gestão do risco de liquidez. **4. Contratos de Concessão – ICPC 01 (R1):** A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a qual define as condições que devem ser atendidas, de forma conjunta, para que as concessões de serviços públicos estejam dentro de seu escopo. A infraestrutura abrangida pela ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o Contrato de Concessão não transfere à Companhia o controle sobre o uso da infraestrutura de serviços públicos. O contrato prevê apenas a cessão da posse dos bens para a prestação dos serviços, os quais são revertidos ao poder concedente ao término da concessão. A Concessionária detém exclusivamente o direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos, em nome do poder concedente e nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestadora de serviços por prazo determinado. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão. **4.1. Compromissos da concessão:** Em decorrência do Contrato de Concessão nº 01/2025 – BR-040/MG/RJ e BR-495/RJ, a Companhia assumiu compromissos relacionados à operação, manutenção, conservação, recuperação, melhoria e ampliação da infraestrutura rodoviária sob sua responsabilidade, bem como à prestação adequada dos serviços públicos concedidos, em conformidade com os níveis de desempenho e padrões de qualidade estabelecidos no referido contrato. Entre os principais compromissos assumidos destacam-se: (i) a realização dos investimentos obrigatórios previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), incluindo obras iniciais, melhorias e ampliações de capacidade; (ii) a manutenção da infraestrutura e da qualidade dos serviços prestados ao longo de todo o prazo da concessão; (iii) o cumprimento das obrigações financeiras e regulatórias perante o poder concedente e a agência reguladora, incluindo aportes, garantias, seguros, taxas de fiscalização e demais encargos previstos contratualmente; e (iv) a reversão dos bens vinculados à concessão ao poder concedente ao término do contrato, em condições adequadas de operação. Os compromissos assumidos são monitorados continuamente pela Administração, com base no cronograma físico-financeiro dos investimentos e nas obrigações regulatórias estabelecidas no contrato de concessão, não havendo, na data das demonstrações contábeis, descumprimentos que impactem a continuidade das operações da Companhia. **5. Gestão de Risco Financeiro:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias: **a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado de forma centralizada em nível corporativo. Esse risco ocorre, principalmente, das aplicações de caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e de outras instituições financeiras. No que se refere a bancos e instituições financeiras, a Companhia mantém operações apenas com

entidades que possuam classificação de risco mínima "A(bra)", atribuída por agência de rating independente. Os limites de exposição ao risco de crédito por contraparte são estabelecidos com base em avaliações internas e/ou classificações externas, em conformidade com os parâmetros definidos pelo Conselho de Administração. A utilização dos limites de crédito é monitorada periodicamente, de forma a assegurar o adequado gerenciamento do risco de crédito da Companhia. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é elaborada pela área financeira da Companhia, a qual monitora continuamente as necessidades de liquidez, de forma a assegurar a manutenção de níveis adequados de caixa para o atendimento das obrigações operacionais. As projeções de fluxo de caixa consideram, ainda, os planos de financiamento da dívida da Companhia, o cumprimento das cláusulas contratuais e o atendimento às metas internas relacionadas à estrutura e aos índices do balanço patrimonial. A Companhia aplica os excedentes de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, selecionando instrumentos com vencimentos compatíveis ou com liquidez suficiente para atender às margens estabelecidas nas projeções de fluxo de caixa anteriormente mencionadas. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos. **d) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. **e) Risco de taxas de juros:** O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e, quando aplicável, empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. **f) Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente (ANTT) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **g) Risco regulatório:** As atividades da Companhia, assim como de suas concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, apresentando riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para todos os efeitos. A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no PER. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos previstos. **5.1. Gestão de capital:** A Companhia gerencia sua estrutura de capital de forma a ajustá-la às condições econômicas vigentes. Para manter esse equilíbrio, pode adotar medidas como a distribuição de dividendos, a captação de novos empréstimos ou a emissão de notas promissórias. A estrutura de dívida líquida compreende empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados.

6. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2025
Caixa e bancos	6.619
Aplicações financeiras (i)	72.327
	<b>78.946</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em caixa, contas movimentadas em bancos, aplicações financeiras e valores em trânsito relacionados à arrecadação das praças de pedágio. As aplicações financeiras compreendem aplicações compromissadas, com liquidez imediata e certificados de depósito bancário CDB sendo classificadas como equivalentes de caixa. **(i)** Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações compromissadas e em CDB em mercado aberto apresentaram rentabilidade equivalente a 90% e 101% do CDI, respectivamente. **7. Conta vinculada:**

	31/12/2025
Banco Bradesco – Conta Escrow/Centralizadora	4.380
	<b>4.380</b>

A Companhia constituiu uma Conta Centralizadora e de Aporte, de sua titularidade, para cumprimento do item 12 do Contrato de Concessão nº 01/2025 – BR-040/MG/RJ e BR-495/RJ. No ato de sua constituição, foram outorgados poderes à ANTT para movimentação exclusiva da conta junto ao Banco Depositário. A conta é destinada ao depósito de 3% da receita bruta ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustada em função dos mecanismos contratuais e dos fatores de reequilíbrio previstos no contrato. **8. Contas a receber:**

	31/12/2025
Via Fácil	19.353
Conectcar	5.891
Sem Parar	3.560
Greenpass Tecnologia	3.283
Cielo	1.858
Outros	464
	<b>34.409</b>

As contas a receber são apresentadas pelo valor de realização. Esses recursos decorrem das operações de cartões de pedágio, classificados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, podendo ser antecipado, conforme necessidade da Companhia, mediante aplicação de taxa de desconto previamente acordada com os operadores. A Companhia não constituiu provisão para devedores duvidosos, uma vez que não há expectativa nem histórico de perdas significativas relacionadas a esses créditos. Em 31 de dezembro de 2025, não existiam valores relevantes em atraso. Em 31 de dezembro de 2025, os vencimentos apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025
A vencer em 30 dias	26.673
A vencer em 60 dias	7.736
	<b>34.409</b>

**9. Despesas antecipadas:**

	31/12/2025
Seguros a apropriar (i)	2.382
	<b>2.382</b>

**(i) Apólices de seguros conforme obrigações contratuais (NE 20) 10. Imobilizado e Intangível: Imobilizado:** O imobilizado é composto principalmente por máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e computadores e periféricos. Ao final de cada exercício, a Administração avalia se há indicações de perda de valor dos ativos e, caso identificadas, realiza o teste de recuperabilidade e registra eventual impairment. A movimentação do imobilizado no exercício compreende adições, baixas, reclassificações e a depreciação acumulada, sendo detalhada na tabela a seguir, de acordo com as categorias de ativos.

	Máquinas e Móveis e Computadores			Total
	Equipamentos	Utensílios	periféricos	
Saldo em 23/07/2025	–	–	–	–
<b>Aquisições</b>	396	78	–	154.628
Saldo em 31/12/2025	396	78	–	154.628

**Depreciação**

Saldo em 23/07/2025	–	–	–	–
Depreciação	(3)	(1)	–	(4)
Saldo em 31/12/2025	(3)	(1)	–	(4)

Valor residual

	393	77	–	154.624
<b>Saldo em 31/12/2025 Intangível:</b> O intangível compreende o direito de exploração da infraestrutura rodoviária nos trechos concedidos, as licenças de software e outros ativos intangíveis, apresentados líquidos da amortização acumulada. Durante os exercícios apresentados, não foram registradas baixas significativas de ativos intangíveis. A tabela a seguir apresenta os saldos do intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2025:				

	Recuperação, Operação e Licenças melhoramentos de rodovias				Outros de Intangíveis		Total
	software	veís	Adiantamento <sup>2</sup>	Adiantamento <sup>2</sup>	Adiantamento <sup>2</sup>		
Saldo em 23/07/2025	–	–	–	–	–	–	–
<b>Construções / Aquisições</b>	1.277	1.071	5.195	75.000	82.543	–	82.543
Saldo em 31/12/2025	1.277	1.071	5.195	75.000	82.543	–	82.543

**Depreciação**

Saldo em 23/07/2025	–	–	–	–	–	–	–
Amortização	–	(24)	(59)	–	–	–	(83)
Saldo em 31/12/2025	–	(24)	(59)	–	–	–	(83)

Valor residual

	1.277	1.047	5.136	75.000	82.460
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>1.277</b>	<b>1.047</b>	<b>5.136</b>	<b>75.000</b>	<b>82.460</b>

**11. Direito de uso:** A Companhia adotou o IFRS 16, que define os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de arrendamento. A seguir, apresenta-se a composição dos saldos dos contratos de arrendamento da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

	Equipamentos	Imóveis	Total
Aquisições	112	1.513	1.625
(-) Amortização	(6)	(85)	(91)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>106</b>	<b>1.428</b>	<b>1.534</b>

**12. Fornecedores, arrendamento mercantil e outras obrigações:**

	31/12/2025
Fornecedores Nacionais	5.060
	<b>5.060</b>

Arrendamento mercantil – IFRS 16

(-) Juros a transcorrer – IFRS 16	633
	(81)
	<b>552</b>

Obrigações contrato de concessão

Outras obrigações	819
	996
	<b>1.815</b>

**13. Transações com partes relacionadas: (a) Prestação de serviços:** A Companhia contrata, diretamente ou por meio de consórcio, serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas para a execução de obras de conservação, melhorias e ampliação ao longo do trecho concedido.

	Resultado
Consórcio Construtor Nova BR040(i)	75.000
Construap CCPS Engenharia(ii)	–
S.A. de obras Y. Servicos – COPASA(ii)	–
OHLA Concesiones S.L – OHLA(i)	–
<b>Total</b>	<b>75.000</b>

**(i)** Os valores referem-se ao Contrato EPC ("Engineering, Procurement and Construction") firmado junto ao Consórcio Construtor Nova BR-040, constituído por empresas que possuem acionistas em comum com os da Companhia, cujo escopo é execução das obras e serviços no sistema rodoviário, compreendendo intervenções emergenciais ao longo dos trabalhos iniciais, a recomposição da rodovia e também as obras de ampliação de capacidade e melhorias previstas no Programa de Exploração da Rodovia (o "PER") até o sétimo ano da concessão. **(ii)** O valor registrado refere-se às despesas incorridas no âmbito do processo de participação no leilão do sistema rodoviário BR-040/MG/RJ e BR-495/RJ (trecho JF–RIO) **(iii)** Adiantamento concedido ao Consórcio Construtor Nova BR 040 para viabilizar a execução das obras previstas no contrato de concessão. Tal recurso destina-se ao custeio das atividades de construção e dos investimentos contemplados no cronograma físico-financeiro do projeto. A baixa dos valores adiantados ocorrerá conforme a evolução física das obras, mediante a correspondente medição e aprovação dos serviços executados, observadas as disposições contratuais aplicáveis.

cessão. O saldo no ativo não circulante refere-se ao adiantamento realizado no âmbito do Contrato EPC, cujos valores serão descontados a partir do final do terceiro ano do contrato, proporcionalmente ao valor do adiantamento. Os saldos no passivo circulante e resultado são referentes ao saldo em aberto da medição e dos serviços prestado no exercício de 2025. (f) Os valores referem-se aos reembolsos de despesas relacionadas à licitação do Sistema Rodoviário BR-040/MG/RJ, bem como a outras despesas administrativas correlatas. (b) **Remuneração dos Administradores:** A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são remunerados de acordo com as práticas de mercado, observados os parâmetros e limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, foram pagos honorários aos diretores no montante de R\$ 950, registrados na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas". **14. Salários, provisões e encargos sociais:**

	<b>31/12/2025</b>
Obrigações trabalhistas	1.865
Encargos trabalhistas	694
Impostos retidos na fonte	209
Benefícios	17
	<b>2.785</b>

**15. Impostos, taxas e contribuições:** Os saldos detalhados são compostos em 31 de dezembro de 2025 como segue:

	<b>31/12/2025</b>
ISSQN	2.263
IRPJ a Recolher CSLL a Recolher	1.524.760
COFINS	1.425
PIS	305
Impostos Retidos na Fonte	363
<b>Total Impostos a recolher Circulante</b>	<b>6.640</b>

**16. Imposto de Renda e Contribuição Social:** a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentados no ativo do Balanço Patrimonial da seguinte forma:

	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Ativo</b>			
IR e CS diferidos s/prov. Contingências	17	-	17
	17	-	17
<b>Diferido Líquido</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>17</b>

b) **Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado:** Os ativos e passivos tributários correntes e diferidos, referentes ao último exercício, são mensurados pelo valor esperado de recebimento ou pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e a legislação tributária utilizadas para o cálculo correspondem àquelas em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A conciliação da despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

	<b>31/12/2025</b>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	24.498
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	34%
<b>IRPJ e CSLL às alíquotas nominais</b>	<b>(8.329)</b>
(Adições) exclusões permanentes	81
(Adições) exclusões temporárias	-
<b>IRPJ e CSLL diferidos, reconciliado</b>	<b>(8.265)</b>
IRPJ e CSLL correntes	(8.282)
IRPJ e CSLL diferidos	17
<b>IRPJ e CSLL no resultado Alíquota efetiva</b>	<b>(8.265)</b>
	<b>34%</b>

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. **17. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e

**Eloviás S.A.**

	<b>23/07/2025</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>31/12/2025</b>
Processos cíveis	-	49	-	49
	-	49	-	49

**18. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social é integralizado por ações ordinárias, sendo que cada ação confere direito a um voto nas Assembleias Gerais. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 306.080, dos quais R\$ 153.040 serão integralizados em moeda corrente nacional pelos acionistas, de acordo com suas respectivas participações societárias, em conformidade com o Edital de Concessão nº 01/2025 e o Contrato de Concessão.

	<b>Ordinárias</b>	<b>Ações</b>	<b>%</b>
Construcap CCPS	102.047.037	-	33,34%
S.A. de Obras Copasa do Brasil	102.016.430	-	33,33%
Ohla Concesiones SL	102.016.430	-	33,33%
	<b>306.079.897</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>
	<b>Capital Social Subscrito</b>		
	<b>Total Integralizado A integralizar</b>		
Construcap CCPS	102.047	51.024	51.024
S.A. de Obras Copasa do Brasil	102.016	51.008	51.008
Ohla Concesiones SL	102.016	51.008	51.008
	<b>306.080</b>	<b>153.040</b>	<b>153.040</b>

b) **Dividendo:** É assegurado aos acionistas da Companhia o direito ao recebimento de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 50% do lucro líquido ajustado, apurado nos termos da legislação societária aplicável. Em conformidade com o Estatuto Social, a Companhia poderá levantar balanços intermediários, podendo o Conselho de Administração deliberar sobre a declaração e distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto na legislação vigente. Os requisitos legais e estatutários para o cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025 foram devidamente atendidos, conforme evidenciado no quadro a seguir:

	<b>31/12/2025</b>
Lucro líquido do exercício	16.233
(-) Reserva legal	(812)
<b>Lucro Líquido ajustado</b>	<b>15.421</b>
Percentual do dividendo mínimo obrigatório	50%
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>7.711</b>

c) **Reservas: Reserva Legal:** Constitui-se à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva para contingências:** Deverá ser constituída na hipótese de inexecução das obrigações previstas no do Contrato de concessão, nos termos do item 27.6 do referido contrato. **Reserva de lucros:** Constitui-se a partir do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76. **19. Receita operacional líquida:** A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<b>31/12/2025</b>
<b>Receitas:</b>	
Receita de pedágio	83.477
Receita de construção	1.277
(-) Impostos sobre as receitas	(7.221)
	<b>77.533</b>

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se: **Receita de pedágio:** As receitas de pedágio, incluindo as receitas pós-pagas, são reconhecidas no resultado no momento da passagem do usuário pelas praças de pedágio. Do total registrado de pedágio eletrônico, R\$ 3.675 referem-se ao Desconto de Usuário Frequente (DUF) e ao Desconto Básico de Tarifa (DBT). **Receita de construção:** Nos termos do Contrato de Concessão, a Concessionária é responsável pela construção e/ou melhoria da

infraestrutura das rodovias que opera. Conforme estabelecido pelo ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, as receitas relacionadas aos serviços de construção prestados são mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas e os custos associados à construção das infraestruturas utilizadas na prestação de serviços, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado. Ressalta-se que a receita de construção não está sujeita à incidência de tributos. **20. Custos, despesas gerais e administrativas:** Os custos e despesas administrativas estão apresentados por naturezas:

	<b>31/12/2025</b>
Conservação e manutenção de rodovias	(33.372)
Custo com operação da rodovia	(3.158)
Projetos especiais	(107)
Custo de Construção	(1.277)
Custo com pessoal	(9.367)
Amortização	(180)
Custos com obrigações da concessão	(2.223)
Despesas Administrativas	(1.495)
Prestadores de serviços	(8.430)
Provisão para Contingências	(49)
	<b>(59.657)</b>
Custos e serviços prestados	(45.508)
Despesas operacionais	(14.148)
	<b>(59.657)</b>

**21. Resultado financeiro, líquido:** O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2025, está assim composto:

	<b>31/12/2025</b>
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimentos sobre aplicações	7.044
	<b>7.044</b>

**Despesas financeiras**

Encargos s/ receita financeira	(328)
Juros sobre obrigações	(44)
Outras despesas financeiras	(50)
	<b>(422)</b>

**Resultado financeiro**

	<b>6.622</b>
--	--------------

**22. Cobertura de seguros (Não auditada):** A Companhia, em consonância as suas obrigações contratuais, mantém atualizado seu programa de seguros conforme demonstra-se em seguida:

Marcos contratuais	Valor da Importância segurada	Prazo de vigência
Riscos engenharia	R\$ 32.000	set/2025 a set/2026
Riscos patrimoniais, operacionais	R\$ 250.000	set/2025 a set/2026
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	set/2025 a set/2026
Seguro Garantia	R\$ 246.000	set/2025 a set/2026
Seguro predial – sede	R\$ 917	out/2025 a out/2028

**23. Eventos subsequentes:** A Administração avaliou os eventos ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis e até a data de sua autorização para emissão e concluiu que não existem eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações adicionais nas presentes demonstrações contábeis.

<b>Conselho de Administração</b>
<b>Roberto Ribeiro Capobianco</b> – Presidente do Conselho <b>Germán Conde Santos</b> – Conselheiro <b>José Zurrón Balaña</b> – Conselheiro
<b>Diretoria Executiva</b>
<b>Adir Afonso Borges</b> – Diretor <b>Hermes Benith de Oliveira</b> – Diretor <b>Linomar Barros Deroldo</b> – Diretor
<b>Contador Responsável</b>
<b>Aline Guimarães de Carvalho Gomes</b> – CRC/RJ 107983/O-9

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da **Eloviás S.A.**, Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da ELOVIAS S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 23 de julho de 2025 (data da constituição) à 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ELOVIAS S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 23 de julho de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase Apresentação de saldos comparativos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia foi constituída em 23 de julho de 2025 e, por esse motivo, as demonstrações contábeis referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas sem informações comparativas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 23 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da ELOVIAS S.A., foi apresentada por opção da Administração como informação suplementar às demonstrações contábeis individuais. A DVA foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais. Esses procedimentos incluíram a verificação da conciliação da DVA com as demonstrações contábeis e com os registros contábeis subjacentes, bem como a avaliação de sua forma e conteúdo em conformidade com os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os

referidos critérios, e está consistente com as demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026

<b>CLA - Clifton Larson Allen Brasil</b> Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-048.811/O-0	<b>Fernando Camanzano Martinez</b> Contador CRC 1SP-328.247/O-3
--	---

